

CADERNO DE ENCARGOS

CONSULTA PRÉVIA

**Fornecimento e Montagem de *Chiller* para o Edifício de
Exploração da Fábrica de Água de Alcântara**

TA_24_164_PR_B_019_DMA

DEZEMBRO DE 24

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1.^a

Objeto

1. O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal o **Fornecimento e Montagem de Chiller para o Edifício de Exploração da Fábrica de Água de Alcântara**, em conformidade com as especificações e requisitos técnicos definidos no **Anexo I** ao presente Caderno de Encargos, e que dele fazem parte integrante.
2. Para além do fornecimento dos bens, o contrato abrange ainda os serviços de desinstalação e remoção do equipamento atual, o transporte e a instalação dos bens a fornecer.

Cláusula 2.^a

Contrato

1. O contrato integra os seguintes elementos:
 - a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos interessados e expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar, nos termos do disposto no artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos (CCP);
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - c) O presente caderno de encargos e o seu anexo, que dele faz parte integrante;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta prestados pelo concorrente;
 - f) O respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, em caso de divergência entre os vários documentos que integram o contrato, a prevalência é determinada pela ordem por que vêm enunciados no número anterior.
3. Os ajustamentos propostos pela Tejo Atlântico nos termos previstos no artigo 99.º do CCP e aceites pelo Adjudicatário nos termos previstos no artigo 101.º do mesmo código prevalecem sobre todos os documentos previstos no n.º I da presente cláusula.

Cláusula 3.^a

Prazo contratual

O contrato inicia-se no dia útil seguinte ao da sua outorga, a qual terá lugar mediante recurso a assinatura digital, considerando-se outorgado na última data de aposição de assinatura e mantendo-se em vigor pelo prazo de 8 (oito) meses, sem prejuízo das obrigações acessórias que perdurem para além da cessação do contrato.

CAPÍTULO II

OBRIGAÇÕES DAS PARTES

SECÇÃO I

OBRIGAÇÕES DO COCONTRATANTE

Cláusula 4.^a

Obrigações do Cocontratante

- I. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável e no presente Caderno de Encargos e respetivo anexo, constituem obrigações principais do Cocontratante as seguintes:
 - a) Assegurar, pelo preço contratualizado e dentro do prazo estabelecido, os fornecimentos e os serviços contemplados no presente Caderno de Encargos, em conformidade com as especificações e requisitos técnicos definidos no **Anexo I** ao presente Caderno de Encargos, com absoluta subordinação aos princípios da ética profissional, isenção, independência, zelo e competência;
 - b) Afetar à prestação de serviços todos os meios humanos, técnicos e materiais necessários ao bom cumprimento da mesma;
 - c) Elaborar e submeter à aprovação da Tejo Atlântico um cronograma relativo à entrega dos bens e à prestação dos serviços associados, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da reunião de arranque de contrato;
 - d) Obter todas as licenças e autorizações necessárias à execução da prestação de serviços, em particular no que diz respeito à ocupação da via pública, incluindo o fornecimento e colocação de sinalização de trânsito e a mobilização de policiamento;

- e) Cumprir com o disposto no n.º I do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 145/2017;
 - f) Cumprir as normas ambientais e regras de segurança e de proteção ambiental em vigor;
 - g) No prazo máximo de 30 (*trinta*) dias após a instalação dos bens objeto do contrato, elaborar e submeter à Tejo Atlântico um dossier final de execução do contrato com toda a documentação dos equipamentos instalados e manuais de operação e manutenção;
 - h) Comunicar todas as ocorrências relativas ao presente fornecimento e instalação ao gestor de contrato, independentemente de comunicação direta com os interlocutores das instalações da Tejo Atlântico, incluindo as deslocações para monitorização dos equipamentos;
 - i) Sujeitar-se à ação fiscalizadora da Tejo Atlântico;
 - j) Comunicar à Tejo Atlântico, logo que deles tenha conhecimento, os factos que tornem total ou parcialmente impossível o cumprimento de qualquer das suas obrigações;
 - k) Comunicar à Tejo Atlântico todos os incidentes ou acidentes da sua responsabilidade, dentro das 24 (*vinte e quatro*) horas seguintes à sua ocorrência, sem prejuízo das comunicações obrigatórias às entidades competentes;
 - l) Prestar de forma correta, atempada e fidedigna todas as informações relativas às condições da aquisição de bens, bem como todos os esclarecimentos que se justifiquem ou que lhe sejam solicitados pela Tejo Atlântico;
 - m) Assumir a responsabilidade por todos e quaisquer danos e prejuízos causados à Tejo Atlântico e a terceiros, que resultem das suas atividades, exercidas no âmbito do contrato a celebrar, competindo-lhe proceder às reparações necessárias com o devido acompanhamento da Tejo Atlântico, ou a indemnizar quando se trate de danos ou prejuízos em que uma reparação não possa ter lugar (intangíveis);
 - n) Cumprir e fazer cumprir as disposições constantes no Manual de Fornecedores da Tejo Atlântico, disponível no sítio da empresa, através da ligação https://www.aguasdotejoatlantico.adp.pt/sites/aguasdotejoatlantico.adp.pt/files/paginas_base/pdfs/Regulamentos/2018.07.03_manual_de_fornecedores_adta.pdf.
2. A título acessório, o Cocontratante fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados ao fornecimento e montagem dos bens, assim como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.
3. No prazo de 5 (*cinco*) dias a contar da celebração do contrato, o Cocontratante deve entregar a seguinte documentação a Tejo Atlântico:

- a) Cópia da Declaração de Situação Contributiva Regularizada da Segurança Social;
 - b) Cópia da Certidão de Situação Tributária Regularizada dos Serviços de Finanças;
 - c) Cópia da Apólice de Seguros de Acidentes de Trabalho atualizada, do(s) respetivo(s) recibo(s) de prémio(s), indicação das coberturas atualizadas e condições particulares;
 - d) Cópia da apólice de seguros de Responsabilidade Civil atualizada, do(s) respetivo(s) recibo(s) de prémio(s) e condições particulares;
 - e) Alvará ou Certificado, de Empreiteiro de obras públicas, emitido pelo IMPIC que contemple pelo menos a Classe I da 4ª categoria - Instalações elétricas e mecânicas e 12ª subcategoria - Aquecimento, ventilação, ar condicionado e refrigeração;
 - f) Listagem com a identificação dos elementos da equipa a afetar à execução do contrato;
 - g) Documentos de identificação ou fichas de identificação do seu pessoal com fotografia, assinadas e carimbadas pela empresa;
 - h) Cópia dos registos da entrega de EPI's aos trabalhadores;
 - i) FAM (Fichas de Aptidão Médica) dos trabalhadores;
4. Caso existam equipamentos de trabalho a incorporar na execução do contrato, deve ser fornecido:
- a) Declaração de conformidade CE;
 - b) Fichas de Registo de Inspeção;
 - c) Plano de manutenções;
 - d) Manual do equipamento em português;
 - e) Verificação pelo Decreto-Lei n.º 50/2005, de 25 de fevereiro;
 - f) Seguro.
5. O Cocontratante fica obrigado a proceder à identificação de perigos, à avaliação e ao controlo dos riscos para a SHST através da elaboração e implementação de um Procedimento Específico de Segurança (PES), que carece de aprovação pela Tejo Atlântico, no prazo de 15 (quinze) dias após a

assinatura do contrato e antes do início da sua execução, uma vez que os serviços de Fornecimento e Montagem de Chiller para o Edifício de Exploração da Fábrica de Água de Alcântara estão contemplados no artigo 2º e 7º do DL 273/2003.

6. Para além das medidas de proteção e segurança específicas de cada tipo de trabalho a executar, o cocontratante, deverá elaborar os Planos de Monitorização e de Prevenção, apresentar as Instruções de Trabalho e informar e formar todos os trabalhadores dos métodos de trabalho e dos riscos que podem ocorrer durante a realização dos trabalhos, assim como das medidas de segurança a respeitar, apresentando os respetivos registos da formação ao responsável de segurança da Tejo Atlântico e arquivando no PES.
7. Sem prejuízo das competências e responsabilidades atribuídas pela lei, o Cocontratante obriga-se a cumprir e a fazer cumprir pelos seus subcontratados e sucessiva cadeia de subcontratação, o estabelecido no PES e documentos complementares, assim como atender e respeitar todas as indicações da Tejo Atlântico.
8. Especificamente, o Cocontratante deverá garantir que o pessoal que executa os trabalhos, designadamente os que possam ter impacto na SHST do local de trabalho, é competente e responsável. A competência deve ser definida em termos de formação profissional e de experiência apropriada comprovada aos responsáveis de segurança da Tejo Atlântico.
9. O Cocontratante deve promover a realização de exames de saúde adequados a comprovar e a avaliar a aptidão física e psíquica do trabalhador para o exercício da atividade, bem como a repercussão desta e das condições em que é prestada na saúde do mesmo.
10. Caso existam equipamentos de trabalho a incorporar na execução contratual, deve ser fornecido a declaração de conformidade CE, as Fichas de Registo de Inspeção, o plano de manutenções, o manual do equipamento em português e a verificação pelo Decreto-Lei n.º 50/2005, de 25 de fevereiro;
11. O Cocontratante é responsável pela preparação, planeamento e coordenação de todos os trabalhos, bem como pela preparação, planeamento e execução dos trabalhos necessários à aplicação, em geral, das normas sobre Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho vigentes.
12. O Cocontratante deverá considerar a necessidade de, a seu encargo, providenciar pela existência de local(ais) onde se desenvolvam atividades de apoio, devendo, nesse caso, considerar no PES a definição das medidas de gestão e organização geral aplicáveis ao mesmo, incluindo os acessos, as circulações, a movimentação de cargas, o armazenamento de materiais, produtos e equipamentos, as instalações fixas e demais apoios à produção, as redes técnicas provisórias, a evacuação de resíduos, a sinalização e as instalações sociais.
13. Todo o equipamento que o Cocontratante prevê utilizar deverá ter características adequadas às exigências do trabalho e satisfazer, quer quanto às suas características, quer quanto ao seu

funcionamento, o estabelecido nas leis e regulamentos de segurança aplicáveis. Designadamente, conter marcação de segurança adequada, o nome e o endereço do fabricante ou do importador, bem como outras informações que permitam identificar claramente os mesmos e prevenir os riscos na sua utilização.

14. O Cocontratante deverá assegurar, nos locais de trabalho, que as exposições aos agentes químicos, físicos e biológicos e aos fatores de risco específicos não constituem risco para a segurança e saúde do pessoal empregado na execução do contrato.
15. Compete ao Cocontratante o fornecimento dos equipamentos de proteção individual (EPI) e coletiva (EPC) dos elementos afetos ao trabalho. Estes equipamentos deverão ser preferencialmente novos e obedecer às normas legais em vigor sobre esta matéria.
16. Se a Tejo Atlântico considerar, em qualquer momento, que a Segurança não está suficientemente garantida, poderá determinar que se adotem as providências convenientes e impor, até que isso seja satisfeito, a interrupção dos trabalhos.

Cláusula 5.^a

Conformidade e operacionalidade bens

1. O Cocontratante obriga-se, perante a Tejo Atlântico, a fornecer e instalar os bens objeto do contrato, de acordo com as características, especificações e requisitos técnicos identificados no **Anexo I** ao presente Caderno de Encargos, que dele faz parte integrante.
2. Os bens objeto do contrato devem ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam e dotados de todo o material de apoio necessário para a boa e integral utilização e funcionamento dos mesmos, designadamente, manuais e certificados de conformidade, redigidos em língua portuguesa.
3. É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas no que respeita à conformidade dos bens e entregar e instalar.
4. O Cocontratante é responsável perante a Tejo Atlântico por qualquer defeito ou discrepância dos bens objeto do contrato que existam no momento da sua entrega e instalação.

Cláusula 6.^a

Remoção, entrega e instalação dos bens

1. Os bens objeto do contrato identificados no **Anexo I**, devem entregues e instalados no prazo máximo de 6 (seis) meses, a contar da data de entrada em vigor do contrato, na Fábrica da Água de Alcântara sita na Avenida de Ceuta, 1300-254 Lisboa.
2. O Cocontratante deve garantir que a remoção, fornecimento e a instalação dos bens são efetuados, de acordo com o definido no **Anexo I**, ao presente Caderno de Encargos.
3. O Cocontratante obriga-se a disponibilizar, simultaneamente com a entrega dos bens objeto do contrato, todos os documentos que sejam necessários para o bom e integral funcionamento daqueles.
4. Com a entrega dos bens objeto do contrato, ocorre a transferência da sua posse e da propriedade para a Tejo Atlântico, bem como do risco de deterioração ou perecimento dos mesmos, sem prejuízo das obrigações de garantia que impendem sobre o Cocontratante.
5. Todas as despesas e custos com o transporte dos bens objeto do contrato, respetivos documentos para o local da entrega e com a respetiva instalação, incluindo o fornecimento e colocação de sinalização de trânsito e a mobilização de policiamento, são da responsabilidade do Cocontratante.
6. Todas as despesas e custos com a remoção dos bens avariados, transporte e encaminhamento a destino final adequado são da responsabilidade do Cocontratante.

Cláusula 7.^a

Inspeção e testes de aceitação

1. Efetuada a entrega e instalação dos bens, a Tejo Atlântico, por si ou através de terceiro por ela designado, procede, no prazo de 10 (dez) dias, à inspeção quantitativa e qualitativa dos mesmos, com vista a verificar, respetivamente, se os mesmos reúnem as características, especificações e requisitos técnicos definidos no **Anexo I** ao presente Caderno de Encargos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos na lei.
2. Durante a fase da realização de testes, o Cocontratante deve prestar à Tejo Atlântico toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários, podendo fazer-se representar durante a realização daqueles, através de pessoa devidamente credenciada para o efeito.
3. Os encargos com a realização dos testes, devidamente comprovados, são da responsabilidade do Cocontratante.

Caderno de Encargos

Fornecimento e Montagem de Chiller para o Edifício de Exploração da Fábrica de Água de Alcântara_ TA_24_I64_PR_B_019_DMA

Cláusula 8.^a

Inoperacionalidade, defeitos ou discrepâncias

1. No caso de os testes previstos na cláusula anterior não comprovarem a total operacionalidade dos bens objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, ou no caso de existirem defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no **Anexo I** ao presente Caderno de Encargos, a Tejo Atlântico informa, por escrito o Cocontratante.
2. No caso previsto no número anterior, o Cocontratante deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pela Tejo Atlântico às reparações ou substituições necessárias para garantir a operacionalidade dos equipamentos e o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.
3. Após a realização das reparações ou substituições necessárias pelo Cocontratante, no prazo respetivo, a Tejo Atlântico procede a nova análise, nos termos da cláusula anterior.

Cláusula 9.^a

Aceitação dos bens e transferência da propriedade

1. Caso os testes a que se refere a cláusula 7.^a comprovem a total operacionalidade dos bens objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, e não sejam detetados quaisquer defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no **Anexo I** ao presente Caderno de Encargos, deve ser emitido, no prazo máximo de 10 (dez) dias a contar do final dos testes, um auto de receção, assinado pelos representantes do Cocontratante e da Tejo Atlântico.
2. Com o auto de receção a que se refere o número anterior, ocorre a transferência da posse e da propriedade dos bens para a Tejo Atlântico, incluindo o risco de deterioração ou perecimento dos mesmos, sem prejuízo das obrigações de garantia que impendem sobre o Cocontratante.
3. A assinatura do auto a que se refere o n.º 1 não implica a aceitação de eventuais defeitos ou de discrepâncias dos bens objeto do contrato com as exigências legais ou com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no **Anexo I** ao presente Caderno de Encargos.

Cláusula 10.^a

Garantia técnica

1. Nos termos da presente cláusula e da lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, o Cocontratante garante os bens objeto do contrato, pelo prazo de 3 (três) anos a contar da data da assinatura do auto de receção, contra quaisquer defeitos ou discrepâncias com as exigências legais e com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no **Anexo I** ao presente Caderno de Encargos, que se revelem a partir da respetiva aceitação do bem.
2. A garantia prevista no número anterior abrange:
 - a) O fornecimento, a montagem ou a integração de quaisquer peças ou componentes em falta;
 - b) A desmontagem de peças, componentes ou bens defeituosos ou discrepantes;
 - c) A reparação ou substituição das peças, componentes ou bens defeituosos ou discrepantes;
 - d) O fornecimento, a montagem ou instalação das peças, componentes ou bens reparados ou substituídos;
 - e) O transporte do bem ou das peças ou componentes defeituosos ou discrepantes para o local da sua reparação ou substituição e a devolução daqueles bens ou a entrega das peças ou componentes em falta, reparados ou substituídos;
 - f) A deslocação ao local da instalação ou de entrega;
 - g) A mão-de-obra.
3. No prazo máximo de 2 (*dois*) meses a contar da data em que a Tejo Atlântico tenha detetado qualquer defeito ou discrepância, esta deve notificar o Cocontratante, para efeitos da respetiva reparação.
4. A reparação ou substituição previstas na presente cláusula devem ser realizadas dentro de um prazo razoável fixado pela Tejo Atlântico e sem grave inconveniente ou custos adicionais para esta, tendo em conta a natureza do bem e o fim a que o mesmo se destina.

Cláusula 11.ª

Garantia de continuidade de fabrico

O Cocontratante deve assegurar a continuidade do fabrico e do fornecimento de todas as peças, componentes e equipamentos que integram os bens objeto do contrato pelo prazo estimado de vida útil dos bens.

Cláusula 12.ª

Serviços associados

- I. O Cocontratante fica obrigado, a prestar os serviços de remoção e instalação dos bens objeto do contrato, designadamente:
 - a) Trabalhos de remoção do equipamento existente no local, de acordo com as especificações e requisitos técnicos definidos no ponto 3 do **Anexo I** ao presente Caderno de Encargos;
 - b) Transporte para desinstalação e instalação dos bens, inclui todos os meios necessários, designadamente grua e outros (os equipamentos serão removidos/instalados no espaço exterior do edifício, a utilização de gruas apenas pode ser feita a partir da saída da Ponte 25 de Abril em direção ao Marques de Pombal), de acordo com os requisitos definidos no ponto 4 do **Anexo I** ao presente Caderno de Encargos.
2. Os serviços referidos no número anterior compreendem, designadamente, em caso de impedimento de utilização dos equipamentos por razões não imputáveis à Tejo Atlântico, a obrigação de substituição imediata por outro equipamento de características equivalentes, ou de gama superior, sem qualquer encargo adicional para a Tejo Atlântico, e sem que tal implique a modificação de algum termo ou condição prevista no presente Caderno de Encargos.

Cláusula 13.ª

Dever de sigilo

- I. O Cocontratante obriga-se a não divulgar quaisquer informações e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Tejo Atlântico, de que venha a ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

Caderno de Encargos

Fornecimento e Montagem de Chiller para o Edifício de Exploração da Fábrica de Água de Alcântara_ TA_24_I64_PR_B_019_DMA

2. O Cocontratante obriga-se também a não utilizar as informações obtidas para fins alheios à execução do contrato.
3. O Cocontratante obriga-se a remover e destruir no termo final do prazo contratual todo e qualquer registo, em papel ou eletrónico, que contenha dados ou informações referentes ou obtidas na execução do contrato e que a Tejo Atlântico lhe indique para esse efeito.
4. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 (*cinco*) anos após a extinção das obrigações decorrentes do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 14.ª

Tratamento de dados pessoais

1. No caso de o Cocontratante necessitar de aceder a dados pessoais no decurso da execução do contrato, deve fazê-lo exclusivamente na medida do estritamente necessário para integral e adequada prossecução dos fins constantes do contrato, na qualidade de subcontratante, e por conta e de acordo com as instruções da Tejo Atlântico, nos termos da legislação aplicável à proteção de dados pessoais.
2. O Cocontratante não pode proceder à reprodução, gravação, cópia ou divulgação dos dados pessoais para outros fins que não constem do contrato, ou para proveito próprio.
3. O Cocontratante deve cumprir rigorosamente as instruções da Tejo Atlântico no que diz respeito ao acesso, registo, transmissão ou qualquer outra operação de tratamento de dados pessoais.
4. O Cocontratante deve proceder à implementação de medidas de segurança de tratamento de dados pessoais e adotar medidas técnicas e organizativas para proteger os dados contra destruição acidental ou ilícita, perda acidental, alterações, difusão ou acesso não autorizados, e contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos.
5. O Cocontratante deve tomar as medidas adequadas para assegurar a idoneidade dos seus trabalhadores ou colaboradores, a qualquer título, que tenham acesso aos dados pessoais fornecidos pela Tejo Atlântico, ou por quem atue em representação deste.
6. O Cocontratante deve assegurar que o acesso aos dados pessoais é limitado às pessoas que efetivamente necessitam de aceder aos mesmos para cumprir com as obrigações impostas pelo

presente contrato e que os trabalhadores, colaboradores ou subcontratados assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitos a adequadas obrigações legais de confidencialidade, sendo o Cocontratante responsável pela utilização dos dados pessoais por parte dos mesmos.

7. Mediante solicitação escrita da Tejo Atlântico, o Cocontratante deve, no prazo de 15 (quinze) dias, informar quais as medidas tomadas para assegurar o cumprimento dos deveres referidos nos números anteriores.
8. O Cocontratante deve comunicar de imediato à Tejo Atlântico quaisquer reclamações ou questões colocadas pelos titulares dos dados pessoais.
9. O Cocontratante encontra-se adstrito a notificar de imediato a Tejo Atlântico de qualquer monitorização, auditoria ou controlo por parte de entidades reguladoras/de supervisão de que seja objeto.
10. Se o Cocontratante tomar conhecimento, ou suspeitar, de violações de dados pessoais que resultem, ou possam resultar, na destruição acidental ou não autorizada de dados, na perda, alteração, acesso ou revelação não autorizada dos dados, deve notificar, por escrito, a Tejo Atlântico disponibilizando-lhe uma descrição da violação de dados ocorrida, informando-o das categorias e número de titulares de dados afetados, das prováveis consequências da violação, assim como fornecer-lhe qualquer outra informação que a Tejo Atlântico possa razoavelmente solicitar.
11. Quando se verifique uma violação de dados pessoais, por causas imputáveis ao Cocontratante, este compromete-se a adotar as seguintes medidas, sem quaisquer custos adicionais para a Tejo Atlântico:
 - a) Tomar de imediato as medidas necessárias para investigar a violação ocorrida, identificar e prevenir a repetição dessa violação, e encetar esforços razoáveis para mitigar os efeitos dessa violação;
 - b) Desenvolver as ações necessárias para remediar a violação; e
 - c) Documentar todas as circunstâncias referentes à violação para efeitos de controlo por parte da autoridade de supervisão.
12. O Cocontratante obriga-se a ressarcir a Tejo Atlântico por todos os prejuízos em que este venha a incorrer em virtude da utilização ilegal e/ou ilícita de dados pessoais, nomeadamente por indemnizações e despesas em que tenha incorrido na sequência de reclamações ou processos propostos pelos titulares dos dados, bem como por taxas, coimas e multas que tenha de pagar.

13. O incumprimento dos deveres estabelecidos na presente cláusula por parte do Cocontratante e a verificação de inexistência de garantias de *compliance* do Cocontratante é fundamento de resolução do presente contrato com justa causa pela Tejo Atlântico, podendo implicar o dever de indemnização por eventuais violações que lhe sejam imputadas.

Cláusula 15.ª

Conservação de dados pessoais

- I. O Cocontratante deve apagar e destruir os dados pessoais tratados quando os mesmos deixarem de ser necessários para a execução do contrato, e sempre em prazo não superior a um ano após a cessação do contrato que esteve na base da licitude do seu tratamento e de acordo com as instruções dadas pela Tejo Atlântico.
2. Dependendo da opção da Tejo Atlântico, o Cocontratante apagará ou devolverá todos os dados pessoais, depois de concluída a execução do contrato, apagando as cópias existentes, a menos que a conservação dos dados seja exigida ao abrigo da legislação aplicável.

Cláusula 16.ª

Transferência de dados pessoais

O Cocontratante não pode transferir quaisquer dados pessoais para outra entidade, independentemente da sua localização, salvo autorização prévia e escrita da Tejo Atlântico, exceto se o Cocontratante for obrigado a fazê-lo pela legislação aplicável, ficando obrigado a informar, nesse caso, a Tejo Atlântico antes de proceder a essa transferência.

Cláusula 17ª

Dever de cooperação

O Cocontratante deve cooperar com a Tejo Atlântico ou com qualquer outra empresa do Grupo AdP, mediante solicitação, designadamente nas seguintes situações:

- a) Quando um titular de dados pessoais exerça os seus direitos ou cumpra as suas obrigações nos termos da legislação aplicável, relativamente aos dados pessoais tratados pelo Cocontratante em representação da Tejo Atlântico;

- b) Quando qualquer das empresas do Grupo AdP deva cumprir ou dar sequência a qualquer avaliação, inquérito, notificação ou investigação da Comissão Nacional de Proteção de Dados ou entidade administrativa com atribuições e competências legais equiparáveis.

SECÇÃO II

OBRIGAÇÕES DA TEJO ATLÂNTICO

Cláusula 18.^a

Preço Base e Preço Contratual

1. O preço contratual não pode ser superior a **72.000,00 €** (*setenta e dois mil euros*).
2. Pelo fornecimento dos bens objeto do contrato, serviços de transporte, instalação e remoção associados, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do Caderno de Encargos, a Tejo Atlântico deve pagar ao Cocontratante o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
3. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não estejam expressamente atribuídas à Tejo Atlântico, incluindo alimentação e deslocação de meios humanos, transporte dos bens objeto do contrato para o local de entrega, armazenamento, manutenção e assistência dos mesmos, todos os serviços previstos no presente documento, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

Cláusula 19.^a

Condições de pagamento

1. A(s) quantia(s) devida(s) pela Tejo Atlântico, nos termos da(s) cláusula(s) anterior(es), deve(m) ser paga(s) no prazo de 30 (*trinta*) dias após a receção pela mesma das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
2. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a assinatura do auto de receção, nos termos da Cláusula 9.^a.
3. Em caso de discordância por parte da Tejo Atlântico quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao Cocontratante, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o Cocontratante obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

4. A falta de pagamento dos valores contestados pela Tejo Atlântico não vence juros de mora nem justifica a suspensão das obrigações contratuais do fornecedor, devendo, no entanto, a Tejo Atlântico proceder ao pagamento da importância não contestada.
5. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto nos n.ºs 1 e 2, as faturas são pagas através de transferência bancária, para a instituição de crédito indicada pelo Cocontratante.
6. No caso de suspensão da execução do contrato e independentemente da causa da suspensão, os pagamentos ao Cocontratante serão automaticamente suspensos por igual período.

Cláusula 20.ª

Faturação

1. Sem prejuízo do disposto no artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, na sua redação atual, as faturas a apresentar pelo Cocontratante à Tejo Atlântico, emitidas em formato eletrónico (EDI) em observância do disposto no artigo 299.º-B do CCP, devem conter os elementos necessários a uma completa, clara e adequada compreensão dos valores faturados, os quais devem ser apresentados de forma desagregada.
2. A faturação deve obedecer às seguintes condições:
 - a) Ser emitida nos termos do n.º 2 da cláusula anterior;
 - b) Identificar o número da nota de encomenda emitida pela Tejo Atlântico;
 - c) Apresentar o(s) preço(s) unitário(s) e global dos bens fornecidos e instalados;
 - d) IVA à taxa legal aplicável.
3. A Tejo Atlântico aderiu ao Portal da FE-AP para a receção de documentos em formato eletrónico (EDI), sistema suportado pela empresa eSPap – Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P..
4. Para informação sobre a adesão ao referido portal deverá o Cocontratante consultar a informação disponível em: <https://www.aguasdotejoatlantico.adp.pt/content/faturacao-eletronica>.
5. Em caso de incumprimento da periodicidade da faturação, definida na cláusula anterior, resultante de facto não imputável à Tejo Atlântico, não acrescem quaisquer juros de mora.
6. A emissão de segundas vias das faturas solicitadas pela Tejo Atlântico não será objeto de qualquer cobrança adicional.

SECÇÃO III

ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

Cláusula 21.ª

Acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato

- I. A execução do contrato é permanentemente acompanhada pelo gestor do contrato designado pela Tejo Atlântico:
 - Gestor do contrato: Renato Galo
 - Morada: Fábrica da Água de Alcântara – Avenida de Ceuta, 1300-254 Lisboa
 - Telefone n.º +351 213 107 900
 - Correio eletrónico geral.adta@adp.pt
2. No exercício das suas funções, o gestor pode acompanhar, examinar e verificar, presencialmente, a execução do contrato pelo Cocontratante.
3. Caso o gestor do contrato detete quaisquer desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, determina ao Cocontratante, em relatório fundamentado, a tomada das medidas que, em cada caso, se revelem adequadas à correção dos mesmos.
4. O desempenho das funções de acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato não exime o Cocontratante de responsabilidade por qualquer incumprimento ou cumprimento defeituoso das suas obrigações.

Cláusula 22.ª

Cessão da posição contratual e subcontratação do Cocontratante

- I. Além da situação prevista na alínea a) do n.º I do artigo 318.º do CCP, o Cocontratante pode ceder a sua posição contratual, na fase de execução do contrato, mediante autorização da Tejo Atlântico.
2. Para efeitos da autorização a que se refere o número anterior, o Cocontratante deve apresentar uma proposta fundamentada e instruída com os documentos previstos no n.º 2 do artigo 318.º do CCP.

3. A Tejo Atlântico deve pronunciar-se sobre a proposta do Cocontratante no prazo de 30 (*trinta*) dias a contar da respetiva apresentação, desde que regularmente instruída, considerando-se o referido pedido rejeitado se, no termo desse prazo, o mesmo não se pronunciar expressamente.
4. A cessão da posição contratual a que se refere o número anterior opera por efeito do ato da Tejo Atlântico, sendo eficaz a partir da data por esta indicada.
5. Em caso de incumprimento, pelo Cocontratante, das suas obrigações, que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, a Tejo Atlântico pode determinar que o Cocontratante ceda a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual na sequência do qual foi celebrado o contrato em execução, que venha a ser indicado pela Tejo Atlântico, pela ordem sequencial daquele procedimento.
6. A cessão da posição contratual a que se refere o número anterior opera por mero efeito do ato da Tejo Atlântico, sendo eficaz a partir da data por esta indicada.
7. A subcontratação pelo Cocontratante depende de autorização da Tejo Atlântico, nos termos do CCP.

Cláusula 23.^a

Sanções contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a Tejo Atlântico pode exigir do Cocontratante o pagamento de sanções contratuais, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
 - a) Pelo incumprimento do prazo definido na alínea c) do n.º I da Cláusula 4.^a do presente Caderno de Encargos, será aplicada uma sanção de 50€ (*cinquenta euros*) por cada dia de atraso;
2. O valor acumulado das sanções contratuais a aplicar não poderá exceder o limite máximo de 20% (*vinte por cento*) do preço contratual.
3. Nos casos em que seja atingido o limite de 20% (*vinte por cento*) e a Tejo Atlântico decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30% (*trinta por cento*).
4. A Tejo Atlântico pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as sanções contratuais devidas nos termos da presente cláusula.

Caderno de Encargos

Fornecimento e Montagem de Chiller para o Edifício de Exploração da Fábrica de Água de Alcântara_ TA_24_I64_PR_B_019_DMA

5. As sanções contratuais previstas na presente cláusula não obstam a que a Tejo Atlântico exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 24.^a

Força maior

1. Não podem ser impostas sanções contratuais ao Cocontratante, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior.
2. Para efeitos do contrato, só são consideradas de força maior as circunstâncias que, cumulativamente e em relação à parte que as invoca:
 - a) Impossibilitem o cumprimento das obrigações emergentes do contrato;
 - b) Sejam alheias à sua vontade;
 - c) Não fossem por ela conhecidas ou previsíveis à data da celebração do contrato; e
 - d) Não lhe seja razoavelmente exigível contornar ou evitar os efeitos produzidos por aquelas circunstâncias.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do Cocontratante, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do Cocontratante ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória, ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo Cocontratante de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo Cocontratante de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Cocontratante cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;

- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Cocontratante não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A parte que invocar caso de força maior deve comunicar e justificar tal situação à outra parte, logo após a sua ocorrência, bem como informar o prazo previsível para restabelecer o cumprimento das obrigações contratuais.
5. A suspensão, total ou parcial, do cumprimento pelo Cocontratante das suas obrigações contratuais fundada em força maior, por prazo superior a 30 (*trinta*) dias, autoriza a Tejo Atlântico a resolver o contrato ao abrigo do n.º I do artigo 335.º do CCP, não tendo o Cocontratante direito a qualquer indemnização.

Cláusula 25.ª

Resolução do contrato por parte da Tejo Atlântico

- I. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a Tejo Atlântico pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o Cocontratante violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:
- a) Atraso, total ou parcial, na entrega/instalação dos equipamentos superior a 15 (*quinze*) dias ou declaração escrita do Cocontratante de que o atraso em determinada entrega excederá esse prazo.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao Cocontratante e não implica a repetição das prestações já realizadas pelo mesmo nos termos previstos no presente Caderno de Encargos, a menos que tal seja expressamente determinado pela Tejo Atlântico.
3. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do Cocontratante, a Tejo Atlântico pode exigir-lhe uma sanção contratual de até 20% (*vinte por cento*) do preço contratual.
4. Ao valor da sanção referida no número anterior, são deduzidas as importâncias pagas pelo Cocontratante ao abrigo da Cláusula 23.ª relativamente à aquisição de bens objeto do contrato cujo incumprimento tenha determinado a respetiva resolução sancionatória.

Cláusula 26^a

Resolução do contrato por parte do Cocontratante

1. O Cocontratante pode resolver o contrato com os fundamentos previstos no artigo 332.º do CCP.
2. Salvo na situação prevista na alínea c) do n.º I do artigo 332.º do CCP, o direito de resolução é exercido por via judicial.
3. A resolução do contrato não determina a repetição das prestações já realizadas pelo Cocontratante, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato.

Cláusula 27.^a

Seguros

1. É da responsabilidade do Cocontratante a cobertura, através de contrato de seguro, dos seguintes riscos, sem prejuízo de outros que sejam obrigatórios por lei:
 - a) Seguro de responsabilidade civil, que garanta a cobertura dos riscos e danos direta ou indiretamente emergentes da sua atuação;
 - b) Seguros de acidentes de trabalho, por parte dos membros da equipa a afetar à prestação de serviços;
2. A Tejo Atlântico pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o Cocontratante fornecê-la no prazo de 5 (*cinco*) dias.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 28.^a

Deveres de informação

1. Cada uma das partes deve informar sem demora a outra de quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e possam afetar os respetivos interesses na execução do contrato, de acordo com a boa-fé.

2. Em especial, cada uma das partes deve avisar de imediato a outra de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações.
3. No prazo de 15 (*quinze*) dias após a ocorrência de tal impedimento, a parte deverá informar a outra do tempo ou da medida em que previsivelmente será afetada a execução do contrato.

Cláusula 29.^a

Comunicações

1. Salvo quando o contrário resulte do contrato, quaisquer comunicações entre a Tejo Atlântico e o Cocontratante relativas à execução do contrato devem ser efetuadas através de carta registada, com aviso de receção, ou por correio eletrónico, entre o Gestor do Contrato designado pela Tejo Atlântico, conforme identificado na Cláusula 21.^a, e o Cocontratante para os contactos identificados em declaração do mesmo, nos termos do Anexo VII ao Convite.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte, no prazo de 15 (*quinze*) dias.
3. Qualquer comunicação feita por carta registada é considerada recebida na data em que for assinado o aviso de receção ou, na falta dessa assinatura, na data indicada pelos serviços postais.
4. Qualquer comunicação feita por correio eletrónico é considerada recebida na data constante do respetivo recibo de receção e leitura remetido pelo recetor ao emissor.

Cláusula 30.^a

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Juízo de Contratos Públicos, com renúncia expressa a qualquer outro.

Cláusula 31.^a

Direito aplicável e natureza do contrato

O contrato rege-se pelo direito português e tem natureza administrativa.

Caderno de Encargos

Fornecimento e Montagem de Chiller para o Edifício de Exploração da Fábrica de Água de Alcântara_ TA_24_I64_PR_B_019_DMA

Cláusula 32.^a

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no presente caderno de encargos são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados, aplicando-se à contagem dos prazos as demais regras constantes do artigo 471.º do CCP.

Anexo I

Especificações e Requisitos Técnicos

I. Especificações Técnicas do Chiller

1. Identificação do equipamento		Especificação	
1.1	Referência	Chiller/BC	
2. Características gerais			
2.1	Tipologia	Chiller/Bomba de Calor Reversível	
2.2	Número de tubos de ligação hidráulica	2	
2.3	Permite a operação com caudal de água variável no evaporador	Sim	
3. Características de Desempenho			
3.1	Frio - potência de refrigeração	≥ 125	kW
3.2	Frio - potência elétrica absorvida (global)	≤ 50	kW
3.3	Frio - EER / SEER	3,0/4,24	W / W
3.4	Frio - temperatura seca exterior	35	°C
3.5	Frio - temperatura de saída de água refrigerada	7	°C
3.6	Frio - temperatura de retorno de água refrigerada	12	°C
3.7	Frio - caudal de água	≥ 6	l/s
3.8	Frio - perda de carga interna	≤ 25	kPa
3.9	Calor - potência de aquecimento	≥ 133	kW
3.10	Calor - potência elétrica absorvida (global)	≤ 40	kW
3.11	Calor - COP / SCOP	3,7	W / W
3.12	Calor - temperatura seca exterior	7	°C
3.13	Calor - temperatura de saída de água quente	45	°C
3.14	Calor - temperatura de retorno de água quente	40	°C
3.15	Calor - caudal de água	≥ 6,35	l/s
3.16	Calor - perda de carga interna	≤ 24	kPa
3.17	Potência acústica emitida	≤ 87	dB(A)
4. Circuito Frigorífico			
4.1	Fluido frigorígeno	R32	
4.2	Fluido frigorígeno - GWP	675	
4.3	Carga de fluido refrigerante	22	kg

Caderno de Encargos

Fornecimento e Montagem de Chiller para o Edifício de Exploração da Fábrica de Água de Alcântara_ TA_24_I64_PR_B_019_DMA

4.4	Número de circuitos independentes	I	
4.5	Tipo de válvula de expansão	eletrónica	
5.	Compressores		
5.1	Tipo	scroll	
5.2	Tipo de confinamento do motor	hermético	
5.3	Quantidade	2	
5.4	Modulação de capacidade	steps	
5.5	Modulação de capacidade - tecnologia	on/off	
5.6	Limite inferior de operação	50	%
6.	Permutador Refrigerante / Água		
6.1	Tipo de permutador	placas	
6.2	Teor de glicol na água	0	%
6.3	Diâmetro das ligações de tubagem		
6.4	Tipo de ligação de tubagem	Victaulic	
6.5	Quantidade	I	
6.6	Proteção anticorrosiva adicional	Sim	
7.	Condensador		
7.1	Tipo de ventiladores	ecFan axial	
7.2	Número de ventiladores	8	
7.3	Tipo de permutador	micro canal	
7.4	Material do condensador	alumínio	
7.5	Material dos coletores e distribuidores	cobre	
7.6	Rede de proteção	não	
7.7	Controlo de pressão por variação de velocidade	Sim	
8.	Circuito Hidráulico		
8.1	Módulo hidráulico incluído no Chiller	sim	
8.2	Bombas com velocidade variável	sim	
8.3	Nº de bombas	2	
8.4	Caudal nominal	≥ 6	l/s
8.5	Altura manométrica da bomba	≥ 220	kPa
8.6	Pressão estática disponível	≥ 140	kPa
8.7	Potência nominal	5,5	kW
8.8	Alimentação de energia - tensão	400	V
8.9	Alimentação de energia - frequência	50	Hz
8.10	Alimentação de energia - corrente nominal	10,5	A
8.11	Depósito de inércia incluído na unidade	Sim	
9.	Comando e Controlo		
9.1	Painel integrado na unidade	sim	
9.2	Controlo PID da temperatura de saída	sim	
9.3	Arranque suave	sim	

9.4	Interface gráfico com o utilizador	sim	
9.5	Painel touch screen	sim	
9.6	Registo histórico de avarias	sim	
9.7	Trend log gráfico e em tabela	sim	
9.8	Carta de comunicações com GTC	sim	
9.9	Protocolo de comunicação		
9.10	Interruptor de caudal instalado de origem	sim	
10. Alimentação de Energia			
10.1	Uma única entrada de alimentação	sim	
10.2	Tensão	400	V
10.3	Frequência	50	Hz
10.4	Corrente máxima	< 110	A
11. Limites de Funcionamento			
11.1	Temperatura mínima de funcionamento em frio	-10	°C
11.2	Temperatura máxima de funcionamento em frio	45	°C
11.3	Temperatura mínima de funcionamento em calor	-5	°C
11.4	Temperatura máxima de funcionamento em calor	20	°C
12. Peso e Dimensões			
12.1	Comprimento	< 3430	mm
12.2	Largura	< 1215	mm
12.3	Altura	< 1810	mm
12.5	Apoios antivibráticos indicados pelo fabricante	sim	

2. Bens acessórios a fornecer:

- a. Tubagem em ferro preto com isolamento e forra mecânica para adaptações à tubagem existente;
- b. Kit de ligação ao *chiller*,
- c. Toda a instrumentação necessária ao bom funcionamento do sistema (manómetros, termómetros, fluxoestatos, etc);
- d. Apoios anti-vibráticos para apoio do *chiller*.
- e. Dossier final execução do contrato com toda a documentação dos equipamentos instalados e manuais de operação e manutenção.

3. Requisitos Técnicos dos Serviços a Prestar

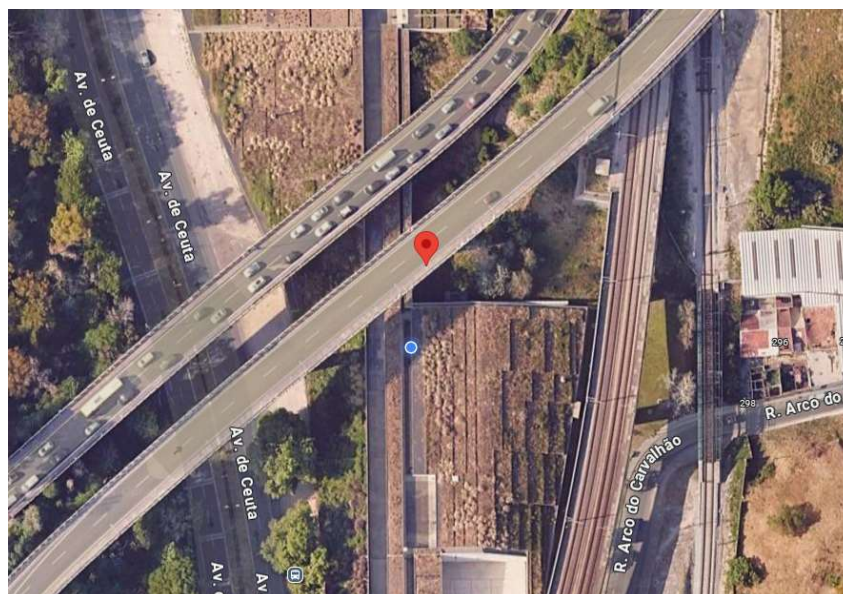
- a. Remoção do gás fluorado existente no *chiller* a remover e encaminhamento do mesmo para destino final adequado, cumprindo toda a legislação vigente;
- b. Realização de todos os serviços necessários para a remoção do equipamento existente.
- c. Desmontagem de todo o material necessário à remoção do equipamento existente e à posterior instalação do novo.
- d. Após instalação do novo equipamento, o Cocontratante deverá repor todo o material removido durante a execução dos serviços descritos no ponto anterior.
- e. Providenciar todos os meios de elevação e transporte para remoção do equipamento existente, e encaminhamento a destino final.
- f. Providenciar todos os meios de elevação e transporte para entrega e instalação do novo equipamento.
- g. Realização de todos os serviços necessários para a instalação do equipamento entregue.
- h. Caso, seja necessário recorrer à subcontratação, para a realização dos serviços, os custos inerentes serão responsabilidade do mesmo.

- i. Providenciar corte de via pública, com as respetivas licenças e autorizações junto das entidades competentes.
- j. Providenciar policiamento para acompanhamento dos trabalhos a executar em via pública.
- k. Todos os custos inerentes, com os cortes de via e policiamento, serão responsabilidade Cocontratante.
- l. Os serviços de remoção e de entrega dos equipamentos poderão ter que ser realizados em período noturno.
- m. Encaminhamento a destino final adequado, e entrega dos respetivos comprovativos de abate, do equipamento removido.
- n. Limpeza, arrumação e encaminhamento de resíduos produzidos a destino final adequado.
- o. Arranque, comissionamento, testes e ensaios de funcionamento com emissão de relatório técnico.

4. Informações de Localização

- Localização dos meios de elevação e de transporte a colocar

<https://maps.app.goo.gl/cWfpcSokBP29JFxV8>

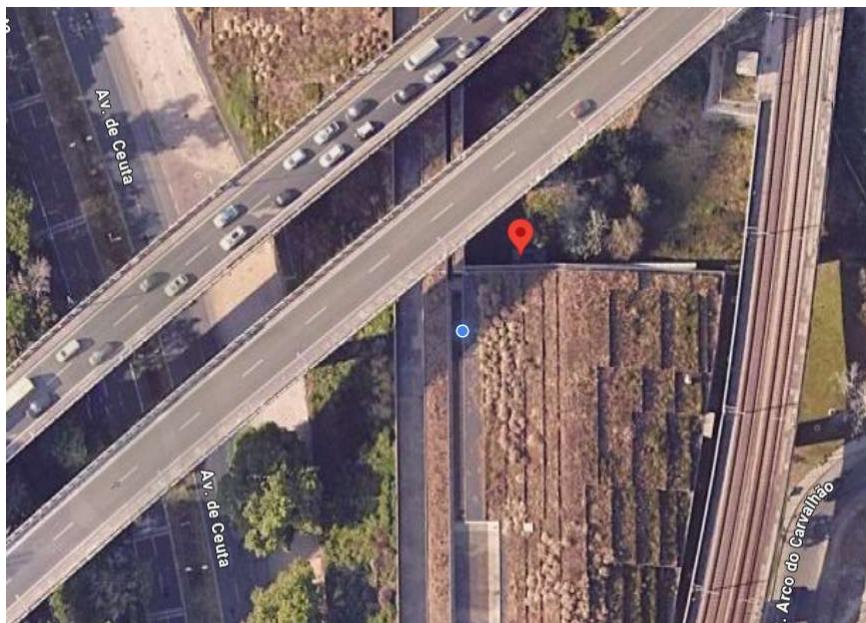


Caderno de Encargos

Fornecimento e Montagem de Chiller para o Edifício de Exploração da Fábrica de Água de Alcântara_TA_24_I64_PR_B_019_DMA

- Localização do equipamento a substituir

<https://maps.app.goo.gl/f8QzA4eF4mBjU2gc9>



- Acesso da via pública a cortar/condicionar

<https://maps.app.goo.gl/56oerFKv5GgJQT429>



Caderno de Encargos

Fornecimento e Montagem de Chiller para o Edifício de Exploração da Fábrica de Água de Alcântara_ TA_24_I64_PR_B_019_DMA